ENTRETIMENTO

MORAL E POLITICO

ENTRE

O MARQUEZ DE POMBAL E LORD PITT,

RELATIVO

AO REINO-UNIDO

DE

PORTUGAL, BRASIL, E ALGARVES.

Por A. J. B. A. L.

PORTO:

Na Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.

1822.

46
S.e.
7323

ENTRETIMENTO
ENTRE
O MARQUEZ DE POMBAL
E LORD PITT.

Marquez de Pombal.

He nestes campos Elysios que a antiguidade fabulosa estabeleceo o premio das virtudes, e destinou o lugar para os Bemaventurados; e por isso a narraçaõ delles naõ podia deixar de ser cheia de prazeres; com effeito, Lord, naõ he pequeno aquelle de sermos uteis aos nossos similhantes; mas, para este fim, deve ser a primeira virtude a da humanidade, porque della procedem todas as outras.

Lord Pitt.

Sim, Marquez, a humanidade he a melhor producçaõ da natureza, e como inseparavel della: o homem que he humano, necessariamente ha de ser justo; e o que he justo, ama a razaõ, esta luz da sabedoria com que o Ente-Supremo nos escudou contra

as paixoens; com tudo, saõ estas taõ poderosas que muitas vezes eclipsaõ essa mesma luz, de que depende a nossa felicidade.

Marquez de P.

Naõ ignoro a força das paixoens; mas vós e eu, que figuramos no mundo pelos maiores politicos da Europa, sempre conduzimos os homens para onde quizemos, sem que as suas paixoens nos estorvassem; e bem sabeis que a politica consegue estes effeitos quando as almas grandes sabem usar della.

Lord P.

Conheço essa verdade; mas ahi tendes vós presentemente a vossa Patria em hum grande embaraço a este respeito; porque a regeneraçaõ politica, em que ella está empenhada, caminha sobre bases da maior humanidade, quaes o bem geral da Naçaõ, e o particular de cada hum; e com tudo o Brasil está insurgente em algumas provincias, naõ obstante jurarem todas a Constituiçaõ que se fizesse em Portugal.

Marquez de P.

Insurgentes algumas provincias! isso, Lord, seraõ alguns Facciosos, que sempre os ha nessas occasioens; e naõ tive eu poucos

48

no tempo do meu ministerio; mas o grande Rei, que via a prosperidade da Naçaõ, á qual sacrifiquei todos os meus cuidados (e o tempo mostrou o fructo delles), deo-me forças para os rebater: e como os naõ rebaterá tambem esse Congresso de homens sabios, em que toda a Naçaõ se confia!

Lord P.

O Congresso, Marquez, tem buscado todos os meios que lhe tem parecido proprios para evitar hum mal que os mesmos Brasileiros naõ conhecem: tem legislado com a mais severa igualdade sobre os interesses reciprocos do Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarves: as suas decisoens a este respeito respiraõ a mais pura fraternidade: estabeleceo-lhes Juntas de Governo em todas as provincias, para os livrar das arbitrariedades com que eraõ flagellados: erigio-lhes Tribunaes de justiça, para com mais commodidade e promptidaõ serem decididos os seus interesses particulares; e mesmo agora, em attençaõ á distancia da séde da Monarquia, está propenso a conceder-lhes (com bem poucas reservas) huma delegaçaõ do poder executivo.

Marquez de P.

Huma delegaçaõ do poder executivo! e para que, Lord? o poder executivo já está

delegado nas Authoridades, Tribunaes, e Magistrados, que o devem exercitar como executores desse poder e da lei. A distancia da sede da Monarquia naõ he fundamento attendivel para huma tal concessaõ; se o fosse, maior direito tinhaõ a ella os Povos da costa oriental da Africa, de Goa, e de Macau. Roma, obedecida até ao Eufrates, nunca teve nem condeo delegaçoens do poder executivo.

Lord P.

Eu, Marquez, tambem assim pensaria. Ahi tendes a minha Patria, que bem sabeis quanto he Constitucional, e que tem possessoens no golfo de Bengala, duas distancias certamente de Portugal ao Brasil; com tudo naõ tem alli delegaçaõ alguma do poder executivo; mas as Cortes de Portugal tem adoptado toda a condescendencia possivel, para ver se assim conseguem que os Brasileiros caihaõ na razaõ.

Marquez de P.

E como haõ de elles cahir, Lord, se os facciosos os desviaõ della? Muitas e muitas familias estabelecidas nessas provincias inquietadas haõ de estar suspirando que haja alguma força que as livre dos riscos e desassocego em que ellas se achaõ; e será por-

49

ventura a da condescendencia a que o consiga ? Bem sabeis que a politica, aìnda que tenha por base a humanidade, ha de vir a perdella se affroxar na justiça, a qual nunca admitte contemplaçoens.

Lord. P.

He bem verdade que os Estados que tem contemporizado neste genero de desordem, vem a conhecer tarde o seu erro, e naõ he preciso lançar os olhos para seculos muito remotos ; mas talvez que as Cortes só queiraõ proceder no extremo, isto he, depois de estancadas de todo a suavidade ; e parece-me que está proxima esta resoluçaõ ; porque a Junta de S. Paulo, aproveitandose da inexperiencia do Principe Real (que ficou no Rio de Janeiro com o Titulo de Regente) o tem persuadido a procedimentos naõ só contrarios ao Systema Constitucional, mas subversivos da uniaõ que deve formar a Monarquia Portugueza ; e já as Cortes ordenáraõ que fossem processados quatro dos membros daquella Junta, e presas algumas pessoas que tem perturbado o socego publico.

Marquez de P.

E que força militar vai com essa ordem para ser executada ? Quando hum Povo quebra os vinculos da sociedade, quebra ao me-

smo tempo os da obediencia e respeito; e a authoridade moral he ludibriada pela mesma natureza dos factos. Nestes casos, Lord, bem sabeis que a politica naõ póde obrar de acordo com a filosofia. As desordens que tem o cunho da anarquia devem ser suffocadas na sua origem; e o meio mais prompto he o da força.

Lord P.

Naõ ha duvida que a força he hum agente muito poderoso; mas já vos disse que as Cortes adoptaraõ o systema da brandura; mesmo porque a desconfiança dos Brasileiros he que os querem conservar no estado de Colonia, quando já no Rio de Janeiro esteve a séde da Monarquia; a qual (dizem elles) deve ser alli conservada: e eis-aqui porque as Cortes até agora tem contemporisado; applicando-se entretanto a fazer leis que lhes mostrem o contrario do que receiaõ.

Marquez de P.

A séde da Monarquia deve existir aonde teve a sua origem; e a do Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, até por motivos fisicos e politicos, deve existir em Lisboa; aonde o seu porto de mar he incomparavelmente melhor que o do Rio de Janeiro; e donde ficaõ sendo mais faceis as suas

relaçoens com as outras Potencias da Europa: o contrario disto he orgulho ou fins sinistros. A felicidade do homem na sociedade consiste na posse de seus direitos, na sua segurança individual, e na sua subsistencia: o Governo que lhe ministra estes bens (seja qual fôr a distancia) tem feito tudo; e o Cidadaõ que se naõ acommoda com elles he visivelmente hum espirito inquieto e revoltoso. Ter estado a séde da Monarquia no Rio de Janeiro vós bem sabeis o motivo dessa temporaria existencia; e se ella alli persistisse, as provincias do norte do Brasil fariaõ o que estaõ fazendo.

Lord P.

Bem vejo isso, Marquez; mas os Povos da provincia do Rio de Janeiro (principalmente na capital) estavaõ satisfeitos: tinhaõ alli o Rei, que prodigalisou com elles as suas graças; tinhaõ a Corte, que os entretinha com o seu esplendor, e que levou á mesma capital hum luxo extraordinario, e tal que de Inglaterra foraõ para lá carruagens infinitas, e de França enfeites e quinquilharias, e em taõ grande abundancia que os seus lucros (com pesar o digo) excederaõ muito aos da minha Patria.

Marquez de P.

Naõ fostes bem informado, Lord. Os que viviaõ satisfeitos, eraõ meia duzia de insensatos, e aquelles que indigna e criminosamente tiravaõ partido dessa existencia do Rei no Rio de Janeiro; porque antes ouvi que os homens de probidade, e que conheciaõ o estado das cousas, se lamentavaõ e previaõ a sua ruina: ella com effeito chegou: o Banco perdeo o seu credito: o numerario passou para a maõ dos estrangeiros; nem podia deixar de passar á vista de hum luxo taõ excessivo: nesta parte tambem Portugal merece hum grande corte.

Lord P.

Deveis saber, Marquez, que para evitar essas e outras ruinas dos Estados, he que os Facciosos do Brasil (principalmente os de S. Paulo, Rio, e Pernambuco) persuadem aos Povos que, separados de Portugal, podem legislar melhor sobre o que lhes convier para a sua felicidade; e que até podem negociar directamente com as Naçoens estrangeiras, que lhes levaráõ os generos mais baratos do que lhes vaõ de Portugal.

Marquez de P.

Esse he o trilho dos facciosos; enganar com apparencias, e occultar a realidade. Que podem legislar os sabios do Brasil para a sua felicidade, que naõ esteja já legislado pelas Cortes? e de mais, naõ tem todas as provincias alli os seus Representantes, para lembrar o que succeda esquecer? As obras humanas saõ susceptiveis de defeitos: alguns Decretos tem já revogado as Cortes, porque a razaõ he só a que domina naquelle sagrado recinto: e quanto ao menor preço dos generos, levados pelos estrangeiros, o commercio entre Portugal e Brasil, apesar dos mares que separaõ estes dous continentes, he hum commercio interior como Reino-Unido; e por consequencia, que pendaõ os lucros para huma ou para a outra parte, ficaõ no mesmo Reino: este o bem geral; e quanto ao particular, naõ vejo em que consista o perjuiso delle.

Lord P.

Dizem os do Brasil que o vinho, o azeite, o sal, e alguns generos mais que saõ producçoens de Portugal, os podem ter por mais diminuto preço; e que a vantagem de comprar por dez ou por vinte, he bem evidente.

Marquez de P.

E naõ vos ristes disso, Lord, vós que fostes hum profundo politico? Vêde quaõ pouco conhecem os Brasileiros a marcha do commercio, que, tratando-se da prosperidade da Naçaõ, confundem os interesses individuaes com o interesse geral; e desconhecendo este, naõ conhecem melhor aquelle! Os proprietarios, principalmente os de producçoens territoriaes, em se cobrindo do seu trabalho e despesa vendem ou por mais ou por menos; e sobre este preço he que o negociante faz as suas especulaçoens. Ora, supponhamos que os generos de Portugal entraõ no Brasil pelo valor de vinte, e que os do Brasil vem para Portugal ou por mais ou por menos deste valor: que perde o Reino-Unido neste commercio? nada, certamente. Supponhamos agora que o estrangeiro leva ao Brasil os mesmos generos por menos dez: quem lucra os outros dez? visto está que he o estrangeiro: logo, o resultado seria vir com o tempo a passar toda a riqueza do Brasil para a maõ dos estrangeiros; e para evitar este grande mal, he que as Cortes legislaraõ o consumo reciproco das producçoens nacionaes.

Lord P.

Esse bem geral, e essa igualdade de interesses, naõ tem, Marquez, resposta: mas Portugal (dizem tambem os Brasileiros) naõ póde dar consumo a todas as producçoens do Brasil, porque, comparados os terrenos, o de Portugal he cifra; e por consequencia as producçoens do Brasil saõ muito mais excedentes.

Marquez de P.

Podias tornar-vos a rir, Lord, ouvindo essa reflexaõ. Vós sabeis perfeitamente o que saõ finanças; e que a ellas pertence este assumpto, como ramo da prosperidade de huma naçaõ: mas eu, sem sahir da minha, convenceria esse receio. No feliz Reinado d' El-Rei D. Manoel, foi Lisboa o armazem geral das mercadorias da India: os Portuguezes, dobrando o cabo da Boa-esperança, as hiaõ lá buscar; e de Lisboa eraõ distribuidas por toda a Europa. Este exemplo basta; naõ só para desvanecer o receio do consumo das producçoens do Brasil, mas para mostrar que ellas deveriaõ vir todas a Portugal, para utilidade do Reino-Unido.

Lord P.

Esse plano, Marquez, está seguindo a minha Patria. Os generos e manufacturas da Gram-Bretanha saõ remettidos ás suas possessoens; e as producçoens destas vem directamente á Inglaterra: nem os Inglezes poderiaõ vêr com indifferença que outra Naçaõ, que naõ fosse a sua, ganhasse hum só scheling nas suas possessoens.

Marquez de P.

Oh! eu sei muito bem, Lord, quanto a vossa Naçaõ zela o que lhe convem: no tempo do meu Ministerio fiz o mesmo; e aqui nos Elysios vim a saber que no anno de 1790, as meias dobras de Portugal foraõ remettidas de Londres á praça de Lisboa para compras de algodaõ; e que prazer seria o meu se visse esta metamorfose! Mas tornemos ao nosso entretimento. O commercio entre Portugal e o Brasil naõ he hum commercio exterior; e por isso o regulamento delle deve ter sempre em vista este principio, para a felicidade do Reino-Unido. As Cortes tem legislado com muita sabedoria a este respeito; e legislaráõ ainda o que fôr conveniente, extincto que seja o tropeço do Tratado de 1810.

Lord P.

Naõ fallemos, Marquez, nesse Tratado injurioso a ambas as Naçoens: revertamos aos interesses do Reino-Unido, do qual tendes fallado com hum patriotismo que assás deixa vêr aquelle com que obrastes no vosso Ministerio; mas se o Brasil se desunir de Portugal (como pertendem os facciosos) tudo quanto tendes dito se torna nullo.

Marquez de P.

O Brasil naõ póde nem deve desunir-se de Portugal; e mesmo me parece que posso assegurar a sua uniaõ; porque aonde ha facçoens e partidos ha desconcordancia de sentimentos; e extinctas essas facçoens e partidos, está conseguida a harmonia. O Brasil todo jurou e quer a Constituiçaõ; e esta maioridade ha de prevalecer contra a maldade dos facciosos.

Lord P.

A conclusaõ, Marquez, he bem tirada; a parte menor (fisica e moralmente) cede á maior; mas que farieis vós para conseguir esse resultado, se estivesses munido do poder das Cortes; sem vos apartardes, porém, do systema de humanidade, que ellas affincadamente seguem?

Marquez de P.

Humanidade foi sempre evitar o maior mal da mesma humanidade; e he por humanidade que eu teria acudido ás innocentes victimas do furor dos Facciosos, enviando ao Brasil huma força militar para apoiar os bons; e com ella huma alçada para castigar os máos. Os corpos politicos naõ tem sensibilidade; tem justiça e razaõ; e quando esta pede que se faça aquella, he perciso fazella. A Regeneraçaõ Politica, de que estamos tratando, principiou no Porto, e foi ultimarse a Lisboa. O risco desta heroica empresa, e o patriotismo com que se concorreo para ella, he todo devido aos Portuguezes da Europa; e os Portuguezes do Brasil, querendo participar do beneficio da mesma Regeneraçaõ, juraraõ (sem para isso serem constrangidos) o mesmo que tinhaõ jurado seus Irmaõs da Europa: logo, aquelles que se apartaõ destes sentimentos, saõ perjuros, saõ reos; e devem ser punidos.

Lord P.

Segundo esses factos antecedentes e taõ voluntarios, naõ era de esperar o que acontece nas provincias de S. Paulo, Rio, e Pernambuco; ouço, porém, que as outras estaõ constantes no juramento que deraõ, e na adhesaõ ao Systema Constitucional.

Marquez de P.

A provincia de Pernambuco he aonde está o fóco que anima os Facciosos; porque muito antes da Regeneraçaõ deu provas decididas disso: e como as más raizes alli existem, sempre a vegetaçaõ ha de ser a mesma. S. Paulo tem outras raizes, tambem malignas; e o Rio de Janeiro participa do influxo de ambas as provincias: concedei-me arrancadas estas raizes (e quaesquer outras que forem taõ venenosas) que eu vos seguro a tranquillidade do Brasil, e a sua uniaõ com Portugal.

Lord P.

Convenho, Marquez, que fosse essa força militar para os fins, que vós dizeis, de apoiar os bons e castigar os máos: mas naõ he de recear que os Facciosos tenhaõ já hum grande partido, e que tentem resistir a essa força militar?

Marquez de P.

Eu considero os Facciosos em pequeno numero, porque os factos saõ taõ futeis e taõ mesquinhos que, a naõ serem manejados debaixo do nome do Principe Regente, nem mesmo existiriaõ. A vossa lembrança tem a

possibilidade fisica; mas ao mesmo tempo tem huma impossibilidade moral. Os Facciosos da mesma provincia poderiaõ unir-se; mas os das outras tinhaõ a vencer muitos obstaculos. O Brasil naõ tem estradas abertas para a brevidade que pedem as operações militares: as suas povoações, alem de estarem muito distantes humas das outras, saõ taõ pequenas e pobres que hum corpo de mil homens naõ poderia tirar dellas com que se alimentar. Seguro-vos, Lord, que se Buonaparte intentasse conquistar o Brasil, veria morrer de fome todo o seu exercito, porque naõ achava alli as immensas villas e cidades da Europa, que lhe forneceraõ os viveres.

Lord P.

Esses obstaculos, Marquez, saõ da maior preponderancia para se fazer a guerra; mas supponhamos que, apesar de todas as difficuldades, os Facciosos das provincias do Sul vinhaõ a reunir-se: Portugal, neste caso, se veria obrigado a fazer huma guerra despendiosa, para a qual naõ acharia soccorros no seu actual Thesouro.

Marquez de P.

Pelo contrario, Lord; para huma guerra taõ justa nunca falta o preciso. A boa fé do Governo, e demais agora authoriza-

da pelas Cortes, unida á justiça da causa, faria entrar no cofre da Naçaõ a riqueza dos particulares; que pois a naõ poupáraõ para a sua Regeneraçaõ, menos o fariaõ para deixar de sustentalla. O direito de Portugal para conservar unido a si o Brasil, he inquestionavel: elle o descobrio, elle o povoou. Portugal quer, sim, conservallo com huma fraternal uniaõ; mas, se o naõ conseguir, deve fazello com as armas; que he como as nações sustentaõ os seus direitos.

Lord P.

O desejo da Naçaõ e das Cortes he essa uniaõ fraternal: laços de sangue, de amizade, e de interesses, que ha entre Portugal e o Brasil, assim o pedem; mas os Facciosos, talvez assalariados por alguma Potencia (que bem sabeis como esta lima surda trabalha), pintaõ com falsas côres bens imaginarios, a fim de conseguirem que os bons e honrados Cidadaõs se esqueçaõ do juramento que deraõ, e dos deveres sociaes com que se ligaraõ a seus Irmaõs da Europa.

Marquez de P.

Já vos disse, Lord, que vos segurava essa desejada uniaõ fraternal, huma vez que as facções fossem destruidas. O Brasil tem homens de senso e de reflexaõ para anteve-

rem as cousas. As provincias do Norte daquelle continente jámais soffreráõ que as governe provincia alguma do Sul; e se as deste Pólo insistirem no seu erro, haõ de achar-se sós: por consequencia naõ ficaõ separadas meramente de Portugal; ficaõ separadas tambem da maior porçaõ do Brasil. A populaçaõ de cada provincia he taõ diminuta, relativamente ao seu terreno, que naõ póde defendello: e como ha de entaõ defender o das outras? como evitar hum desembarque nas suas immensas costas? Segue-se, pois, que qualquer Potencia (sem fallar da de Portugal) póde invadir e conquistar as provincias da beira-mar do Brasil, ou apossar-se dellas: e será isto melhor que viverem unidas a Portugal?

Lord P.

Essas reflexões, Marquez, naõ as fazem nem as faraõ nunca os Facciosos.

Marquez de P.

Mas façaõ-as os homens cordatos e de juizo. Quando eu estava no Ministerio de Portugal, e vim a saber que a Hespanha projectava hum golpe no Brasil, foraõ tres regimentos para o Rio de Janeiro (dos quaes ainda lá estaõ os cascos), e foi huma esquadra naval para cobrir a costa; e naõ ha

56

muitos annos que ouvi que de Portugal fôra huma expediçaõ militar de quatro mil e oito centos homens para Monte-video; e que alli mesmo era paga pelo Thesouro de Portugal. Isto tudo prova (como já vos disse) a pouca populaçaõ do Brasil; e mais a prova ainda que, estando Portugal empenhado na guerra da Restauraçaõ, taõ sanguinolenta quanto gloriosa, naõ pôde o Brasil auxiliallo com hum só soldado, bem que participou da mesma Restauraçaõ.

Lord P.

Isso, Marquez, até prova que, se naõ fosse Portugal, podia estar retalhado o Brasil; pois que, possuido por Buonaparte, lhe aconteceria o que aconteceo na Europa; e agora vejo bem a ingratidaõ dos Brasileiros, quero dizer, dos Facciosos: mas continuai o vosso discurso, que a minha admiraçaõ interrompeo.

Marquez de P.

Ora, hum paiz despovoado naõ tem Representaçaõ alguma politica. Seja supposto por hum momento que o Brasil se separava de Portugal (digo essas provincias do Sul; porque as do Norte naõ merecem tal injuria); vinha a perder com esta separaçaõ as Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo; as

de Cabo-Verde; as Possessões de Africa Occidental e Oriental, e as suas Ilhas adjacentes; as da Asia; as de Macau; as Ilhas de Timor, Solor &c.: e com que representaçaõ politica ficava essa nesga do Brasil, quando, unida a Portugal, cada vez a terá maior pela sabia Constituiçaõ adoptada!

Lord P.

Tendes dito verdades que naõ admittem contradicçaõ. Hum paiz, por maior que seja, se naõ he povoado ao menos com o numero de habitantes preciso para a sua defeza, está sempre exposto e sujeito á vontade dos que o quizerem possuir e povoar: o Brasil está na sua infancia politica: naõ tem marinha alguma: se Portugal a naõ tivesse, naõ expulsaria, como expulsou, aos Francezes da ilha de Fernando de Loronha: mas dizei-me, Marquez, como quererieis vós que ficasse o Brasil; e como pensaes a respeito da Delegaçaõ do Poder Executivo, e Conselho Supremo de Justiça?

Marquez de P.

Quereria, Lord, que o Brasil ficasse com a Constituiçaõ que elle jurou acceitar, e que vai fazer a felicidade do Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarves: e quanto á Delegaçaõ do Poder Executivo, bem vêdes

que he huma quimera no Systema Constitucional; nem eu posso combinar como, felicitando-se tanto os Brasileiros com o estabelecimento das Juntas do Governo, que os livrou das arbitrariedades dos Vice-Reis e Capitães Generaes, queiraõ agora huma tal Delegaçaõ! mas deixemos advinhações.

As Juntas de Governo exercitaõ a justiça distributiva: e que difficuldade ha para naõ exercitarem a graciosa? eu naõ lha acho; antes, pela mesma razaõ da distancia (que foi o fundamento de huma taõ singular pertençaõ), seria mais commodo aos Povos do Brasil acharem no Governo da sua respectiva provincia despacho aos seus requerimento; do que irem buscallo aonde quer que esteja a séde da Delegaçaõ.

Lord P.

Tendes razaõ, Marquez; as immensas distancias do Brasil fazem impossiveis as commodidades da Europa: hum habitante de Mato-grosso naõ iria por certo a Minas, e peor ao Rio de Janeiro, buscar despacho algum, ao menos de bom grado; e por identidade de razaõ, parece-me que as vossas vistas seraõ ás mesmas a respeito do Conselho Supremo de Justiça.

Marquez de P.

Sem duvida, Lord. Hum Conselho Supremo de Justiça no Brasil seria de grande incommodo aos recorrentes. Os processos no Brasil, de qualquer natureza que sejaõ, sobem ás Relações do districto por aggravo ordinario; e as sentenças finais, alli proferidas, tem execuçaõ, que naõ suspende recurso algum: logo he mais util e commodo aos Povos do Brasil que os seus ultimos recursos sejaõ interpostos para Portugal; até mesmo porque as Relações que ha no Brasil estaõ todas na beira-mar.

Lord P.

Pois, Marquez, essas duas pertenções, que vós julgais de pouca monta e mesmo inuteis, alguns Deputados do Brasil as julgaraõ taõ importantes que houve a este respeito em varias Sessões das Cortes debates os mais renhidos, e com excesso.

Marquez de P.

Nem todos pensamos do mesmo modo, nem todos vemos as cousas como ellas saõ. Esses Deputados (salvo o segredo dos seus interiores) mostraõ que tinhaõ hum caracter vaidoso: queriaõ vêr no seu paiz nata-

licio o que só satisfazia a sua vaidade; e nada aproveitava aos interesses dos Povos do Brasil, seus Concidadaõs; mas, a solida politica só quer o bem geral e individual, e aborrece despesas desnecessarias. Quanto naõ custaria o estabelecimento dessas duas authoridades? os empregados nellas absorveriaõ huma boa porçaõ das rendas publicas: e multiplicar cousas inuteis, he perder o Estado.

Lord P.

Conformo-me, Marquez, com os vossos sentimentos: a multiplicidade de Tribunaes, de Magistrados, e de Funccionarios publicos, carrega sobremaneira no Thesouro Nacional; e depois que a sciencia da Mathematica entra por base em todos os estudos, tudo se aproxima á razaõ: a simplicidade das formulas facilita o calculo: convém pois simplificar a politica, isto he, os seus objectos; e aproximallos, quanto fôr possivel, ao estado actual da Naçaõ.

Marquez de P.

He por essa razaõ, Lord, que hum regulamento politico para o Brasil deve ter sempre em vista as immensas distancias deste paiz, e a sua falta de populaçaõ. Muitas das sabias providencias dadas pelas Cortes, naõ só tem difficuldade, mas impossibilidade

para alli se praticarem ; por exemplo hum =Jury=; porque ha villas donde se naõ poderáõ tirar quatro Jurados, além de muito separadas humas das outras. Eu, no meu Ministerio, suppri com Cartas Regias muitos objectos desta natureza; mas no presente Systema Constitucional devem as Juntas de Governo examinar a localidade das povoações que lhe pertencem; o numero de seus habitantes, especificando os que ha em cada huma dellas que possaõ ser empregados em Funccionarios publicos;e remetter tudo isto ás Cortes, com o seu parecer, para alli, com assistencia dos seus Deputados, se resolver o que fôr mais justo e conveniente.

Lord P.

As Juntas de Governo (segundo ouvi) saõ as mesmas que alteraõ as providencias, e as excedem; porque, humas tem mettido a maõ na fazenda nacional, augmentando ordenados e soldos (que talvez o fizessem persuadidas de terem jurisdicçaõ para isso); mas outras até tem deixado de cumprir as ordens das Cortes, ajuizando sobre ellas, e refutando-as.

Marquez de P.

Eis ahi, Lord, huma prova evidente de orgulho e de vaidade, e a origem das desor-

dens de que temos fallado. Como podem governar bem, e decidir cousa alguma com acerto, homens taõ dominados pelas suas paixões que daõ ás suas respectivas provincias, e a todas as outras, o exemplo de desobediencia ao corpo legislativo? e quanto naõ he irrisorio persuadirem-se que as suas decisões seraõ mais profundas que as de cento e quarenta e seis homens sabios, de que já se compõe o Congresso Nacional? Os Povos do Brasil conhecem a força desta verdade; e cuidaráõ de eleger para o futuro Deputados que mais dignamente os representem; e Membros, para as Juntas de Governo, mais obedientes; posto que, a respeito destas Juntas, por igualdade de justiça, se devia praticar, nas provincias aonde houvessem Europeos, a mesma reciprocidade legislada pelas Cortes para a formatura do Conselho de Estado e Deputaçaõ Permanente.

Lord P.

Eu, Marquez, logo que ouvi o procedimento da Junta de S. Paulo, horrorizei-me. Hum Inglez, costumado a respeitar a Lei, aborrece o desprezo della: as Juntas que naõ obedecem ao corpo legislativo, he o mesmo que naõ obedecer á Lei; e taes Juntas deviaõ ser logo substituidas por homens de outro caracter, que desempenhassem a escolha que nellas fizeraõ os Povos; homens de

probidade, de virtudes, pacificos, e naõ freneticos; mas se algumas Juntas tem procedido mal, outras se tem feito exemplares pela sua moderaçaõ e bom governo, e por hum decidido affêrro ao Systema Constitucional.

Marquez de P.

Essas, Lord, saõ as Juntas que desejaõ os Povos; mas estes geralmente se decidem por apparencia, ou mal aconselhados. Os homens tementes a Deos, e por consequencia com as qualidades que acabastes de referir, he que saõ os proprios para governar as provincias do Brasil; até porque as representações que fizessem sobre qualquer objecto, seriaõ ouvidas pelas Cortes com attençaõ ás suas virtudes. O cidadaõ honrado e laborioso o que pertende he o seu socego, e que se lhe faça justiça quando recorre a ella; que a sua vida esteja segura com a protecçaõ de huma boa policia municipal; e que os meios para a sua subsistencia, e da sua familia, lhe naõ faltem; e estes saõ taõ faceis no Brasil, quanto extensas as terras incultas, as quaes desfrechadas, augmentariaõ muito a populaçaõ: e com estas vistas fiz eu dar a liberdade aos Indios do Maranhaõ e Pará; mas enganei-me.

Lord P.

Como vos enganastes, Marquez, vós que no vosso Ministerio déstes tantas provas da mais activa e perspicaz politica! O vosso nome ainda hoje se repete no mundo com veneraçaõ e saudade.

Marquez de P.

Informações pouco exactas, dadas a meu Irmaõ, que governava o Pará, me fizeraõ projectar a Lei da Liberdade dos Indios; mas a minha filantropia naõ conseguio os fins politicos a que me propuz, nem mesmo aquelles a bem da humanidade.

Lord P.

Rogo-vos, Marquez, que me esclareçaes neste assumpto, que assás está chocando com a minha razaõ. Respeito muito as vossas asserções; mas dizerdes vós que vos enganastes dando a Liberdade aos Indios! confesso-vos que, se esta expressaõ me fosse dita por outra pessoa, revoltaria o meu espirito.

Marquez de P.

Assim parece, Lord, á primeira vista; e muito deve offender os vossos ouvidos o que se oppõe ao que pertende a vossa Naçaõ, sobre o trafico dos negros de Africa; se bem que esta humanidade he alguma cousa suspeita, confrontada com a indifferença com que ella vê as Nações Barberescas escravizarem os Europeos; mas voltemos á Lei: deo esta a Liberdade aos Indios, e ordenou que se fizessem descimentos delles por meio da persuasaõ; com tudo, naõ correspondeo o resultado ás minhas intenções.

Lord. P.

Naõ correspondeo o resultado ás vossas intenções, tendo dado a Liberdade aos Indios! Cada vez mais desejo que me esclareçaes a este respeito.

Marquez de P.

Naõ, Lord. O Brasil tem ainda muitas Nações de Indios indomitos: e ao Sul do Rio das Amazonas, até algumas dellas saõ antropófagas: estas e aquellas vivem sempre em guerra; e antes da Lei, os vencedores conservavaõ a vida aos seus prisioneiros, com o fim de lhe serem resgatados a troco de

missangas, ferramentas, e licores espirituosos; mas depois da Lei, como naõ houvèraõ mais resgates, ou os mataõ ou os comem: e naõ era mais humanidade conservarlhes a vida?

Lord P.

Nesse caso, sem duvida: porém, Marquez, os descimentos naõ se effectuaraõ?

Marquez de P.

Alguns se effectuaraõ, mas com despesa e sem utilidade alguma; porque a Liberdade natural naõ se sujeita facilmente á Liberdade social; e quando menos se esperava, os Indios descidos tornavaõ a metter a cabeça no matto; e muitas vezes assassinando o Director e o Padre que os regiaõ. Aqui tendes, pois, que os resgates eraõ hum bem para a humanidade; e se a vossa Naçaõ consegue evitar o trafico da escravatura de Africa, será preciso lançar maõ delles até por hum objecto de politica.

Lord P.

Quando os interesses politicos se podem unir com a humanidade, he muito arrazoado que se ponhaõ em pratica; mas a escravidaõ em que ficaõ os Indios resgatados,

sempre horroriza; ainda que visivelmente para elles he hum menor mal do que aquelle de ficarem no poder dos vencedores.

Marquez de P.

Tudo se combina, em se combinando os factos. Os sacrificios que se fazem para conservar a vida, saõ menores que a morte: seja sacrificada a do Indio resgatado, porque a sua sorte com isso melhorou; mas a de seu filho, que nasceu em paiz livre, seja considerada como tal, e só obrigado a servir ao senhor de seu pai até a idade da emancipaçaõ; e o senhor de seu pai obrigado a fazer-lhe aprender algum officio, ou dar-lhe modo de vida com que subsista: assim viria a crescer a populaçaõ no Brasil, e a crescer, augmentada pelos seus proprios indigenas.

Lord P.

Ha poucos annos foi huma colonia de quatro mil Suissos para o Rio de Janeiro, e duzentos facinorosos do reino de Napoles para Benguela; e tambem por este modo se podia augmentar a populaçaõ do Brasil.

Marquez de P.

Essa colonia de Suissos, Lord, custou huma enorme despesa ao Estado; e a con-

62

ducçaõ dos facinorosos (generosidade nunca praticada pelas outras Potencias da Europa) tambem custou bastante; mas o calculo dos que estavaõ no Ministerio de Portugal a esse tempo, foi taõ desgraçado que até os novos colonos se tornaraõ victimas delle; porque, nascidos em hum paiz taõ frio, qual o da Suissa, deo-se-lhes para o seu estabelecimento hum paiz do meio-dia, como se o Brasil naõ tivesse outro mais analogo á sua natureza: as doenças foi o resultado; e julgo que dessa colonia pouca gente existe: mas eu naõ estou que hum tal modo de povoar seja adoptado; as Cortes de Portugal já legislaraõ sabiamente a este respeito: o estrangeiro deve trazer alguma utilidade ao paiz em que se quer naturalisar, e naõ despesa.

Lord P.

Huma grande populaçaõ adquirio o Reino-Unido na juncçaõ de Monte-Video; mas esta provincia e o seu territorio era da Hespanha; e, posto que se apressou em mandar os seus Deputados para Lisboa, talvez que naõ sejaõ recebidos pelas Cortes; porque, a recebêllos, consolidada fica a sua uniaõ: desejo saber, Marquez, como pensais a este respeito.

§§§

Marquez de P.

As Cortes, ainda que respeitaõ muito o Direito Publico e o Direito das Gentes, o Systema Constitucional he a vontade dos Povos; e como Monte-Video, ou fosse por ter soffrido insultos e crueldades dos de Buenos-Ayres, ou por recear os effeitos da anarquia em que estavaõ os seus patriotas, buscou ligar-se voluntariamente ao Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves; parece-me que está bem ligado, e que os seus Deputados seraõ recebidos pelas Cortes sem escrupulo algum, nem de direito nem de facto; porque as tropas que para alli foraõ mandadas, foi a seu rogo; e naõ tem custado pouca despesa a Portugal.

Lord P.

Mas a Hespanha olhará com algum dissabôr essa ligaçaõ, mesmo a pesar das suas circunstancias; e se servirá desse motivo para naõ entregar Olivença a Portugal; bem que huma das bases da paz geral no Congresso de 1814 foi que tudo reverteria na Europa ao = statu quo = antes da revoluçaõ da França.

Marquez de P.

A Hespanha he tambem Constitucional, e dá todo o valor á vontade dos Povos: a-

quella dos de Monte-Video está bem manifesta, mas os de Olivença estaõ constrangidos; e subditos constrangidos sempre saõ perigosos: além disto, Portugal adquirio direito á sua reintegraçaõ (como já lembrastes); e demais recobrou Olivença do poder dos Francezes, que estavaõ senhores della; e, se a entregou á Hespanha, foi por huma generosidade igual áquella com que lhe entregou outras Praças do seu antigo dominio, remidas com o sangue dos Portuguezes; e áquella com que expulsou para lá dos Pyrineos os inimigos que se tinhaõ apoderado de todo o seu reino; fazendo esta guerra, naõ só á custa das vidas dos seus subditos, mas do seu thesouro: e tantas generosidades assás mereciaõ que Portugal estivesse já entregue do que possuia em 1790.

Lord P.

Essas razões, Marquez, tem no seu prospecto a justiça e a gratidaõ; mas vós bem sabeis que, em materia de acquisições, sempre ha repugnancia para a sua restituiçaõ; e a Hespanha talvez que espere vêr ainda reunidas a si algumas das suas antigas possessões da America; e neste caso....

Marquez de P.

Nesse caso, Lord, o Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves tem muitos meios

de indemnisar a Hespanha: mas com as cousas futuras naõ se arranjaõ as presentes; e o Rio da Prata, o Paraguay e o Uraguay saõ limites dados pela natureza ao continente do Brasil.

Lord P.

Temos-nos entretido bastante no que diz respeito ao Brasil; mas (perdoai a minha curiosidade) que fructos esperais vós, Marquez, da Regeneraçaõ Politica de Portugal?

Marquez de P.

Todos aquelles, Lord, que inculca o seu feliz principio, e as bases em que ella se funda: observancia fiel á RELIGIAÕ CATHOLICA ROMANA: conservada no Throno a Dynastia da Real Casa de Bragança (que a Naçaõ já tinha posto no mesmo Throno em 1640): obediencia ás Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Naçaõ Portugueza (que assiduamente tem trabalhado para a sua felicidade): saõ bases taõ solidas que o edificio, sobre ellas formado, naõ pode deixar de ser concluido.

Lord P.

He bem certo, Marquez, que a Religiaõ, sendo huma só no mesmo paiz, e por consequencia a dominante nelle, concorre muito

64

para a uniformidade de sentimentos; o que desgraçadamente naõ goza a minha Patria, que bem sabeis a desconfiança em que sempre está dos Irlandezes; e he bem certo tambem que o amor e adhesaõ que tem os Portuguezes á Dynastia da Real Casa de Bragança concorre igualmente para a mesma conformidade: mas as Cortes tem a fazer muitas reformas, e por consequencia seraõ muitos os descontentes; que he sempre o que acontece, mesmo quando hum particular reforma a sua casa.

Marquez de P.

O descontentamento, Lord, he impossivel evitar-se, e tanto será maior quanto forem numerosos os abusos que se deverem reformar: os que eu reformei no tempo do meu ministerio, e algumas outras medidas que me foi preciso tomar, me adquiriraõ bastantes inimigos, e taõ poderosos que bastará lembrar-vos a extincçaõ dos Jesuitas; mas o amor da minha Patria, e com elle o desejo de a elevar ao gráo de representaçaõ e felicidade em que a deixei (naõ sendo a menor a de hum thesouro com setenta milhões nos cofres de reserva), só me fazia olhar para o que lhe convinha.

Lord P.

Mas bem vêdes, Marquez, que as circunstancias saõ diversas. As vossas reformas

foraõ feitas á sombra de huma Monarquia estabelecida; e, por consequencia, os descontentes a naõ podiaõ abalar: mas as reformas que tem a fazer as Cortes, saõ a par de huma Constituiçaõ nascente; e, como naõ podem deixar de abranger todos os ramos da administraçaõ publica, seraõ immensos os descontentes, e tantos os inimigos do Systema Constitucional.

Marquez de P.

Convenho, Lord, na differença das circunstancias; mas as Cortes tem hum grande apoio na opiniaõ publica; bem entendido que a opiniaõ publica provém da justiça com que se fazem as cousas.

Tudo o que lembra para a felicidade individual e geral da Naçaõ he proposto e discutido publicamente: os Periodicos tambem o publicaõ, até com as reflexões dos seus Redactores; e todo o Cidadaõ vem a conhecer que a reforma he percisa neste ou naquelle ramo da administraçaõ publica; nesta ou naquella pessoa empregada, cujas prevaricações ou impossibilidade moral ou fisica pede a mesma reforma; e esta publicidade he de grande vantagem para os que reformaõ.

65

Lord P.

Naõ o nego, Marquez; mas os reformados he que saõ os descontentes; porque, ou deixaõ de possuir o que tinhaõ, ou huma boa parte: e, posto que a reforma seja justa, o nosso amor proprio (e em muitos a ambiçaõ) naõ soffre com paciencia essa mudança de estado.

Marquez de P.

A maioria da Naçaõ he sempre a que decide, ainda nos casos mais espinhosos; o ponto está que a justiça appareça na reforma individual como na geral. O Cidadaõ, impossibilitado fisicamente, soffre com paciencia o que lhe vem da natureza; mas, impossibilitado moralmente, naõ soffre com a mesma paciencia o juizo que se faz do seu merecimento; com tudo, a responsabilidade que as Cortes tem imposto a todos os Empregados Publicos, ha de moderar a muitos delles, receosos da sua total ruina.

Lord P.

Eu já vos lembrei, Marquez, os effeitos do amor proprio; e, como esta paixaõ he muito analoga ao coraçaõ humano, ainda que alguns reformados se conformem, sempre

a privaçaõ das suas commodidades será huma espinha que lhe fique atravessada na garganta.

Marquez de P.

Ah, Lord! entaõ acabou-se o patriotismo, sem o qual jámais se conclue huma Regeneraçaõ Politica. O bom Patriota cede de todos os seus commodos, huma vez que o exija o bem da sua Patria. As Cortes, nas reformas individuaes que tem feito, deixaõ sempre aos excluidos com que possaõ subsistir, em quanto viverem, ou em quanto naõ tornaõ a ser empregados (tendo aptidaõ); e este plano he de huma demonstrada humanidade; vós sabeis bem quanto peza sobre o Thesouro Nacional a multiplicidade dos empregados publicos: o grande Sully lhe chamava as sanguesugas do Estado.

Lord P.

A minha Patria os tem reduzido em todas as repartições ao menor numero possivel; e o estabelecimento dos Jurados para o conhecimento dos casos crimes, além de concorrer para a diminuiçaõ, foi hum bem para a humanidade; porque o delinquente, se he delinquente, apparece á face da Naçaõ como tal; e o innocente naõ soffre o que a calumnia pode effeituar por meio dos conhecimentos particulares.

66

Marquez de P.

Nessa parte, Lord, já Portugal vai com vantagem á vossa Naçaõ, porque tudo o que fôr judicial ha de ser publico, segundo tem legislado as Cortes; e, na verdade, o que se faz particularmente (venho a dizer, na presença de hum Juiz e de hum Escrivaõ) facilita o poder fazer-se toda a qualidade de prevaricaçaõ. O Cidadaõ que se naõ envergonha de commetter hum crime, ou que por maldade o commetteo, naõ deve envergonhar-se da publicidade com que he julgado; e se he innocente, a mesma publicidade lhe serve de gloria: e passando por esta fieira o intrigante, o orgulhoso, o calumniador, o trapasseiro, o que pertende o alheio, o fallido de má fé, e outros similhantes; muito aproveita a Sociedade em conhecellos, e será Portugal reformado nos costumes, o que muito percisa.

Lord P.

Pois em tanta corrupçaõ de costumes considerais vós, Marquez, a vossa Patria, que desejais vêlla reformada tambem nesta parte?

Marquez de P.

Sim, Lord, desejo; porque a minha Patria estava taõ corrompida que isso motivou

a sua Regeneraçaõ Politica; e, para a perfeiçaõ desta, he perciso reformar aquelles. Os costumes (como vós sabeis) saõ formados pela moral; e, quando esta he qual deve ser, della nascem as virtudes, sem as quaes naõ pode haver bons Cidadaõs; e, sem haver bons Cidadaõs, naõ pode haver bons Empregados publicos. As Cortes já tem legislado muito com estas vistas; e o merecimento e a escolha dos Parocos he huma dellas; mas eu quereria vêr huma ordem que os obrigasse a gastar huma hora todos os Domingos com os seus freguezes; meia, em lhes entranhar no coraçaõ as obrigações que tem para com Deos e para com os seus similhantes; e a outra meia, em lhes mostrar como o desempenho destas obrigações se liga com o Systema Constitucional.

Lord P.

Isso, Marquez, estaõ já fazendo os Parocos, com mais ou menos actividade; o que falta, he tachar-se-lhes essa hora que vós quereis, talvez para despertar os preguiçosos, e entaõ ficareis satisfeito nessa parte da reforma dos costumes.

Marquez de P.

Naõ, Lord; esta marcha he vagarosa; pode fazer bons vindouros; mas os presentes,

que já estaõ arreigados nos vicios, de que procedeo a gangrêna da Republica, percisaõ remedios mais promptos: quereria por isso vêr excluidos para todos os empregos, aquelles individuos nos quaes se conhecesse huma decidida ambiçaõ para accumular riquezas. O homem ambicioso está disposto para faltar a todos os seus deveres, huma vez que haja ouro bastante para tentallo. Os Portuguezes, algum dia, só tinhaõ ambiçaõ de gloria; mas, quando adormecem as virtudes, tudo degenera.

Lord P.

He bem verdade, Marquez, que o homem ambicioso, ainda que tenha hum grande talento, naõ se pode contar com elle; porque pode servir-se do seu mesmo talento para saciar a sua ambiçaõ; e, posto que as Cortes tenhaõ decretado a responsabilidade em todos os Empregados publicos, he melhor evitar o mal que castigallo.

Marquez de P.

Essa a razaõ, Lord, por que a escolha dos empregados actualmente deve ser a mais escrupulosa; mas a exclusaõ de hum só vicio (posto que o maior de todos) naõ he bastante: ha outros muitos que devem ser excluidos. Os Egipcios tinhaõ hum accusador publico que, na morte dos empregados, accusava as suas

boas acções e as suas faltas, para se lhes dar ou negar a sepultura; e este juizo final (do qual naõ era isento nem o Rei) conservou por dezeseis seculos as virtudes e com ellas a monarquia. Eu quereria alguma providencia similhante, ao menos para se fiscalisar a conducta dos que pertendem ser empregados, em quanto as virtudes moraes e sociaes naõ formaõ o espirito da Naçaõ.

Lord P.

Huma Commissaõ de homens de conhecida probidade e consciencia, incapazes de faltar á verdade, e deixar de averigualla com toda a exacçaõ e imparcialidade, bastaria para ficardes de todo satisfeito.

Marquez de P.

Bastaria, Lord; mas ainda me resta a dizer-vos que a minha patria está mergulhada em hum luxo excessivo, e vós naõ ignorais que o luxo tem sido sempre a ruina dos Estados: o de Tyro arruinou a Grecia e Cartago; o da Asia, o maior imperio do mundo, o dos Romanos. Portugal deve restringir-se ao necessario, e evitar o superfluo; e que cousa mais superflua que o luxo? As modas estrangeiras saõ poucas para satisfazer o descommedido appetite das Damas portuguezas; quereria pois algumas leis sumptuarias que dester-

68

passem hum tal luxo, e tambem algumas respectivas á honestidade publica, sem a qual perde o sexo feminino o que podia ganhar a Sociedade.

Lord P.

Parece-me, Marquez, que os vossos desejos haõ de ser todos cumpridos, e que podeis contar com a vossa patria reformada em tudo aquillo que for preciso; porque as Cortes naõ desprezaõ o que lembra a qualquer cidadaõ para o bem publico; e esta liberdade leva todos os dias á sua presença planos, memorias e projectos, filhos do amor da patria e da adhesaõ ao Systema Constitucional.

Marquez de P.

Feliz Regeneraçaõ, que abre a porta taõ amplamente á sabedoria, e tira do sepulcro o genio da Naçaõ! Eu já vos disse, Lord, que as bases da Constituiçaõ saõ taõ santas e justas que o edificio sobre ellas formado ha de ser concluido; e que, a pezar dos dissabores ainda existentes em algumas provincias do Ultramar, o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves hade subsistir na sua integridade: e eu algumas vezes tenho previsto o futuro.

Lord P.

Eu o posso affirmar, Marquez, quando, para a paz que se tratou em Fontainebleau, no anno de 1763, prevenistes com tanta antecipaçaõ o Ministro de Portugal Martinho de Mello e Castro, que eu mesmo admirei a vossa prevençaõ.

Marquez de P.

Ha cousas que saõ susceptiveis de predicções. A Naçaõ Portugueza tem caracter: jurou a Constituiçaõ, e ha de observar religiosamente seu juramento; he soffredora em extremo, e tambem em extremo arrogante quando se delibera. Estas qualidades, Lord, affiançaõ o meu prognostico. As Cortes trabalhaõ para o bem do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; e se ainda tem muito a trabalhar, a firmeza da Naçaõ esperará pelos fins de seus trabalhos, e nós os saberemos aqui nos Elysios quando elles forem ultimados.

FIM.